

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
REPOSITÓRIO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA E INTELLECTUAL DA UNICAMP

Versão do arquivo anexado / Version of attached file:

Versão do Editor / Published Version

Mais informações no site da editora / Further information on publisher's website:

<https://www.eco.unicamp.br/remir/index.php/biblioteca/129-livros/281-o-trabalho-pos-reforma-trabalhista-2017>

DOI: 0

Direitos autorais / Publisher's copyright statement:

©2021 by UNICAMP/IE/CESIT. All rights reserved.

DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

Cidade Universitária Zeferino Vaz Barão Geraldo

CEP 13083-970 – Campinas SP

Fone: (19) 3521-6493

<http://www.repositorio.unicamp.br>

CAPÍTULO 10

**AÇÃO
SINDICAL DE
TRABALHADORES
EM SERVIÇOS
ESSENCIAIS NA
PANDEMIA DA
COVID-19 NO
BRASIL**

ANDERSON CAMPOS, ANDRÉIA GALVÃO,
PATRÍCIA LEMOS E PATRÍCIA VIEIRA TRÓPIA

| INTRODUÇÃO

A percepção de que os sindicatos intensificaram sua atuação durante a pandemia do coronavírus (SARS-CoV-2) tem sido compartilhada por diversos analistas internacionais. Segundo Odessky (2020), alguns sindicatos nos Estados Unidos assumiram um papel decisivo não apenas na proteção dos empregados nos locais de trabalho, mas também na luta em defesa dos trabalhadores – inclusive dos não sindicalizados – nas esferas governamentais. No Reino Unido, os sindicatos vêm experimentando um afluxo de novos membros desde o início do *lockdown*, seja porque passaram a ter mais influência nas negociações com o governo em temas como a reabertura de escolas e de outros setores-chave da economia, seja porque têm realizado campanhas contra demissões em grandes empresas como British Airways, Rolls-Royce e a gigante do varejo de calçados, Clarks. Além disso, sindicatos representantes de profissões mais imediatamente expostas a riscos durante a pandemia têm relatado crescimento de até 50,0% no número esperado de novos filiados (Cf. *Financial Times*, 2020).

Ao colocar os trabalhadores em risco, a pandemia parece ter incitado os sindicatos a assumir uma postura mais ativa em defesa de seus representados, funcionando como uma espécie de oportunidade política que estimula o engajamento e a renovação de seus antigos repertórios de ação (Tarrow, 2009). Os sindicatos têm não apenas negociado empregos e sa-

lários, mas organizado paralisações e greves no Canadá (Savage & Black, 2020), Estados Unidos (Medina, 2020), Austrália (O'Connor, 2020), Itália (Deutsche Welle, 2020), França (Franceinfo, 2020) e Brasil (Galvão, 2020a e 2020b), dentre outros. As greves têm sido deflagradas em função de diferentes causas: risco de contaminação pelo vírus, redução salarial, demissões, condições de trabalho inseguras (devido ao baixo distanciamento social ou à falta de equipamentos de proteção individual), bem como diante da incapacidade de pagar aluguéis.

O acirramento do conflito capital-trabalho se dá em um momento de crise econômica e sanitária sem precedentes, pois a pandemia desencadeou a “mais nítida e profunda contração econômica da história do capitalismo” (Saad, 2020). Na maioria dos países europeus, as respostas governamentais à crise têm contrariado os discursos neoliberais sobre o imperativo da “austeridade fiscal”, resgatando o papel do Estado e das políticas públicas (Saad, 2020), o que, todavia, não se verifica no Brasil (DIEESE, 2020c).

As análises sobre as medidas tomadas pelo governo brasileiro no contexto da pandemia demonstram o reforço da estratégia de flexibilização das relações de trabalho, enfraquecimento das instituições públicas e exclusão dos sindicatos das negociações coletivas (GT Mundos do Trabalho, 2020; Krein e Borsari, 2020; Biavaschi e Vallejos, 2020; Borsari e Manzano, 2020), tendência observada há alguns anos e aprofundada pela Reforma Trabalhista de 2017 (Galvão *et al.*, 2017; DIEESE, 2017; Veras de Oliveira, Galvão e Campos, 2019). Desse modo, a pandemia intensifica velhos problemas. Além de alijar os sindicatos das negociações coletivas, esvaziando seu papel (Campos, 2020, p. 14), as medidas governamentais têm implicado a redução da massa de rendimentos do trabalho e não impedem as demissões. Entretanto, a despeito desse cenário tão adverso para o sindicalismo, fragilizado pela reforma trabalhista e sob ataque pelas medidas governamentais, muitos sindicatos têm conseguido realizar negociações que reduzem o impacto da crise. Os acordos celebrados durante a pandemia preveem formas de compensação da jornada, manutenção de empregos e condições de trabalho, possibilitando uma menor queda nos rendimentos (DIEESE, 2020a).

Além de colocar em evidência o papel dos sindicatos, a pandemia reafirmou a centralidade do trabalho, não obstante as mudanças profundas verificadas nas condições e relações de trabalho. O trabalho nos serviços considerados essenciais, em especial, adquiriu grande visibilidade, dada sua importância para o combate direto à pandemia e para garantir o acesso a bens e serviços de necessidade básica durante o isolamento social. Mas a essencialidade dos serviços não corresponde à valorização do trabalho, nem à proteção necessária para sua realização. Esses trabalhadores, diariamente expostos aos riscos de vida no exercício de seu trabalho, trabalham em condições bastante heterogêneas e são afetados, de diversas maneiras, pelo processo de precarização do trabalho, bem como pelas opções políticas, sanitárias e econômicas adotadas pelo governo e pelos setores empresariais para enfrentar a pandemia.

O Decreto nº 10.282, editado por Jair Bolsonaro em 20 de março de 2020, definiu os serviços essenciais que não podem ser paralisados por medidas como quarentena ou *lockdown* durante a pandemia da Covid-19. Entre eles, destacam-se as áreas de assistência à saúde e ao falecimento; o abastecimento e consumo de alimentos, produtos de higiene e medicamentos; o transporte público e de mercadorias; as atividades de limpeza e segurança¹.

Assim, dentre as medidas sanitárias necessárias à preservação da vida, estabelecimentos foram fechados e aglomerações de pessoas foram proibidas. Diante disso, os sindicatos precisaram fechar suas sedes e evitar protestos públicos com a presença de manifestantes. Neste contexto tão adverso e desfavorável, qual a capacidade de organização e ação sindical?

-
1. A pressão do empresariado por mudanças na legislação ampliou o escopo de atividades essenciais. Foram incorporados novos setores. Em novo Decreto de 07 de maio (nº 10.342), o governo federal autorizou atividades industriais e da construção civil e, cinco dias depois, liberou o funcionamento de salões de beleza, barbearias e academia de esportes. É possível notar que os mais de cinquenta setores definidos como essenciais contemplam, ao mesmo tempo, os interesses empresariais privados e legitimam a posição negacionista do presidente e de sua base social, que conta com forte presença dos líderes de estabelecimentos religiosos. Governos estaduais e municipais também editaram seus próprios decretos, em caráter complementar ao federal, sobre o funcionamento das atividades que permaneceram abertas.

O objetivo deste artigo é analisar as formas de ação sindical dos trabalhadores em serviços essenciais a partir da deflagração da pandemia da Covid-19 no Brasil. A partir de uma amostra de sete sindicatos no estado de São Paulo, epicentro da pandemia no país², avaliamos a hipótese segundo a qual a organização sindical desses trabalhadores manteve-se ativa, embora defensiva, posto que orientada pelo esforço concentrado em proteger a vida dos seus representados. Ou seja, a ação sindical toma a forma de um ativismo que busca defender os direitos da categoria e, sobretudo, preservar a vida daqueles/as que “foram para a linha de frente” do combate à pandemia.

Os sindicatos pesquisados foram selecionados a partir dos segmentos mais expostos ao contágio, procurando contemplar um conjunto diversificado de ocupações, conforme exposto no quadro a seguir.

Quadro 1 – Sindicatos pesquisados (São Paulo)			
Sindicato	Sigla	Base de representação	Filiação
Sindicato dos Médicos do Estado de São Paulo	Simesp	Médicos do setor privado do estado de São Paulo	Não
Sindicato dos Enfermeiros do Estado de São Paulo	Seesp	Enfermeiros dos setores público e privado do estado de São Paulo	CUT
Sindicato dos trabalhadores públicos da saúde do estado de SP	SindSaúde	Trabalhadores na saúde pública do estado de São Paulo	CUT
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Prestação de Serviços de Asseio e Conservação e Limpeza Urbana de São Paulo	Siemaco	Empregados em empresas de asseio e conservação, limpeza urbana e áreas verdes públicas e privadas da cidade São Paulo	UGT
Sindicato dos Motoboys de São Paulo	Sindimoto	Mensageiros, motociclistas, ciclistas e mototaxistas do Estado de São Paulo	UGT
Sindicato dos Comerciantes de São Paulo	Comerciantes de SP	Trabalhadores no comércio na cidade de São Paulo	UGT
Sindicato dos Comerciantes de Osasco e Região	Secor	Trabalhadores no comércio de sete cidades (Osasco e região)	CUT

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA.

- Até o dia 20 de setembro de 2020, o estado de São Paulo ocupava o primeiro lugar em número de contaminados (935.300) e de mortos pela doença (33.952). Ver: <https://brasil.elpais.com/ciencia/2020-07-23/evolucao-dos-casos-de-coronavirus-no-brasil.html>.

Nossa amostra, portanto, compreende um sindicato sem filiação e seis sindicatos filiados a duas centrais, com posições tradicionalmente distintas, o que poderia repercutir em suas iniciativas. No entanto, observamos aspectos comuns aos distintos sindicatos quanto às reivindicações, formas de organização e formas de atuação. Isso não significa que não haja diferenças entre eles. Alguns sindicatos se limitam a atuar em defesa de aspectos corporativos, outros extrapolam a defesa restrita aos interesses da categoria, assumindo um posicionamento político mais amplo. Nossa hipótese é que essas diferenças dizem menos respeito às centrais às quais são filiadas³ e mais às características de suas bases, suas condições de trabalho, o setor em que estão inseridos (público ou privado) e às orientações político-ideológicas de suas direções.

O artigo está dividido em duas seções: na primeira, analisamos alguns aspectos mais expressivos das condições de trabalho das categorias pesquisadas. Na segunda, analisamos as ações sindicais, considerando três dimensões: o posicionamento dos sindicatos, seu funcionamento e formas de atuação. As fontes de pesquisa são os sites dos sindicatos e entrevistas com dirigentes de entidades⁴.

1. CONDIÇÃO DE TRABALHO NOS SERVIÇOS ESSENCIAIS

O emprego nas atividades essenciais corresponde a 78,0% das ocupações e significam cerca de 1/3 dos ocupados. Os salários médios são

3. Em diversas ocasiões no passado recente, essas centrais produziram ações conjuntas e isso se verifica novamente na pandemia. Ver, a esse respeito, artigo de nossa autoria nesta coletânea.
4. A pesquisa foi realizada durante a pandemia, portanto, completamente à distância. Os sites não constituem o único meio que os sindicatos utilizam para se comunicar com sua base, tendo inclusive perdido espaço para as redes sociais. Porém, na maior parte dos casos analisados, são atualizados periodicamente e as mesmas notícias são replicadas nos diferentes meios. No caso dos comerciários, realizamos entrevistas com dirigentes, para complementar as lacunas identificadas a partir da comparação com as outras entidades.

mais baixos que a média de remuneração. As jornadas médias são mais elevadas, com exceção do setor de saneamento, energia e comunicação⁵.

Dentre as atividades essenciais, destaca-se o setor de serviços, um setor heterogêneo, que compreende um grande conjunto de ocupações inseguras e de baixa remuneração. Muitas dessas ocupações são fruto da reorganização da produção de bens e serviços, sendo marcadas pela terceirização, pela proliferação de estratégias de sobrevivência e pela vulnerabilidade dos vínculos (Pochmann e Moraes, 2017).

Os trabalhadores de serviços essenciais compreendem categorias muito distintas, desde profissionais altamente qualificados, nos serviços médicos e hospitalares, até trabalhadores com baixa escolaridade e cujas relações de trabalho tradicionalmente caracterizam-se pela precariedade, como no setor de limpeza, de entrega, trabalhadores de cemitérios e funerárias. Os processos de precarização nessas categorias, intensificados pós-reforma trabalhista, foram agravados na pandemia. Além de sofrer a intensificação dos ritmos do trabalho e extensão da jornada, esses trabalhadores passaram a estar mais expostos ao contágio do vírus, adoecimento e risco de morte, conforme veremos a seguir em cada segmento selecionado.

A. TRABALHADORES DA SAÚDE

As equipes de saúde são compostas por profissionais altamente vulneráveis à Covid-19 pois trabalham diretamente com pessoas que foram infectadas, assintomáticas ou sintomáticas, apresentando elevado risco de contágio pelas características do vírus, pelo desconhecimento em relação à doença e, sobretudo, pela escassez de equipamento de proteção individual (EPIs)⁶.

5. Fonte: Microdados PNADC/IBGE, 4º trimestre 2019, tabulados por André Krein.

6. Pesquisa recente da Internacional do Serviço Público (ISP) sobre as condições de trabalho dos profissionais que exercem serviços essenciais durante a pandemia mostra que 77,0% dos respondentes alegam não ter passado por capacitação adequada para o trabalho junto à população, 63,0% afirmam que a quantidade de EPIs no local de trabalho não é suficiente para troca e higienização, enquanto 11,0% não têm sequer EPI para realização do trabalho (Ver ISP, 2020).

Sob a categoria “guarda-chuva”, ‘profissionais da saúde’ enquadram-se ocupações com renda, status e prestígio social muito distintos. A medicina tem tido a vantagem do pleno emprego e, ao contrário da imensa maioria das profissões, tem mais demanda do que oferta. Por isso, pode parecer estranho falar em precarização do trabalho médico, uma das profissões mais prestigiadas e remuneradas. Todavia, a atuação sindical dos médicos, em particular, e dos trabalhadores da saúde em geral, revela o agravamento de problemas já existentes antes da pandemia: elevadas jornadas, condições de trabalho inadequadas, avanço das Organizações Sociais (OS) que adotam contratos precários, como terceirizados e Pessoa Jurídica (PJ), desrespeito aos direitos, carência de profissionais, desvio de função, dentre outros.

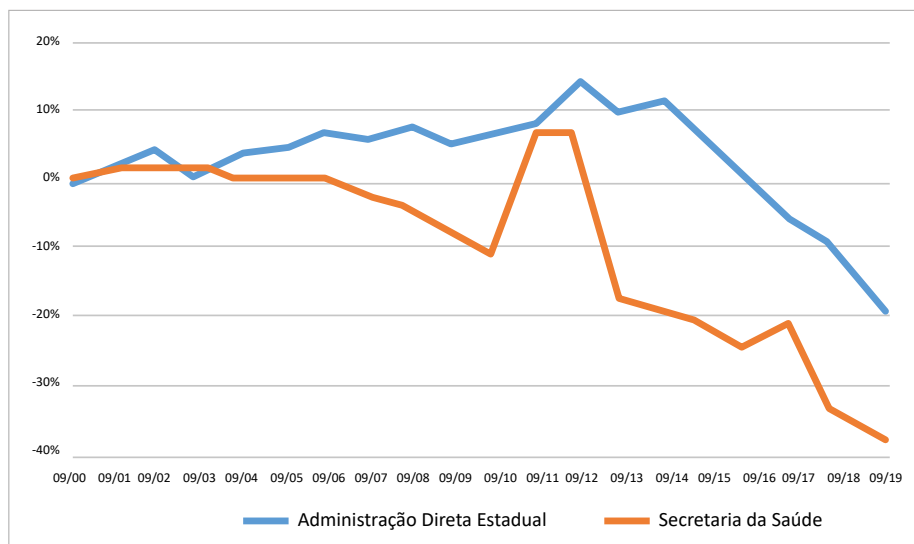
O Boletim Epidemiológico Especial do Ministério da Saúde n.21 divulgado na primeira semana de julho de 2020 já mostrava que, do total de casos confirmados de profissionais da saúde com Síndrome Gripal pela Covid-19 (173.440), 34,4% são de técnicos ou auxiliares de enfermagem (59.635), 14,8% de enfermeiros (25.718), 10,9% de médicos (19.037), 4,6% de agentes comunitários de saúde (8.030) e 4,4% de recepcionistas de unidades de saúde (7.642).

Dentre as medidas adotadas pelo governo paulista⁷, consta a convocação de todos os profissionais da saúde para assumirem seus postos de trabalho, suspendendo inclusive o gozo de férias, o que indicava a carência de profissionais em número adequado para o combate ao novo coronavírus. Como mostra o Gráfico 1, houve redução significativa do número de trabalhadores na administração pública paulista, em particular na saúde, nos anos recentes. Outra mudança importante no perfil do quadro de servidores da Secretaria estadual de saúde é o aumento na faixa etária “acima de 50 anos”, o que também contribuiu para agravar o drama dos trabalhadores de saúde durante a pandemia da Covid-19⁸.

7. Decreto 64.862 (13/03/2020), que dispôs sobre as medidas emergenciais de prevenção ao contágio pela Covid-19.

8. Ver: <http://sindsaude.org.br/novo/campanha2020/>.

Gráfico 1 - Evolução do percentual de servidores da Administração Direta e da Secretaria de Saúde do estado de SP (2000-2019) - Ano 2000 base 100



FONTE: "DADOS ESTATÍSTICOS DA FOLHA DE PAGAMENTO" DA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. ELABORAÇÃO: SUBSEÇÃO DO DIEESE DO SINDSAÚDE-SP.

Nesse quadro, a tendência tem sido a extensão e a intensificação da jornada de trabalho. Os relatos dos sindicatos evidenciam o aumento do *stress* na rotina de trabalho devido à ampliação das jornadas, à suspensão de horários de descanso por conta do fluxo intenso de atendimento e, até mesmo, à perda de amigos e colegas pelo avanço da doença. Tudo isso amplificou os problemas de saúde mental desses profissionais durante a pandemia⁹.

B. TRABALHADORES NO COMÉRCIO

A categoria dos comerciários foi afetada, nas últimas décadas, pela reestruturação do varejo e pelo processo de “supermercadorização”, com

9. Os dados da ISP (2020) revelam que 54,0% dos pesquisados estão passando por sofrimento psíquico, percentual que varia segundo o número de horas trabalhadas, de tal modo que, enquanto 50,3% dos profissionais que trabalham 6 horas diárias indicam sofrimento psíquico, entre os que trabalham mais de 12 horas este percentual é de 63,6%.

a concentração e centralização do setor (Coe, 2004; Tilly, 2007; Wrigley, Coe, Currah, 2005). Contudo, não constitui uma categoria homogênea, pois compreende um amplo conjunto de ocupações distribuídas entre os segmentos que compõem o comércio de atacado, varejo e veículos. Esses trabalhadores estão distribuídos desde as grandes redes nacionais e internacionais, até os pequenos e médios estabelecimentos onde se encontra a maioria dos empregos.

No comércio situam-se quase 17,0% de todos os ocupados do país. Além da alta informalidade, que chega a quase um terço do setor, a taxa de rotatividade encontra-se em torno de 64,0%. Esse cenário é menos dramático quando observamos apenas o segmento de supermercados e hipermercados, setor qual mais de 90,0% está na formalidade. Além do acesso à proteção, os trabalhadores de supermercados possuem, relativamente a outros segmentos do comércio, maiores salários (DIEESE, 2020b). Nesse sentido, os trabalhadores em grandes redes de supermercados se diferenciam de parte significativa da categoria, pois estão empregados em estabelecimentos de médio e grande porte, possuem vínculos formais de trabalho e dependem muito menos de remuneração variável, como o trabalho por comissão. Ainda assim, são marcados por relações de trabalho bastante precárias: longas jornadas, baixa remuneração, alta rotatividade, baixa escolaridade, baixo status social e ausência de perspectiva de carreira (Lemos, 2019)¹⁰.

Os comerciários estão sindicalmente organizados desde a conformação da estrutura sindical brasileira, caracterizando-se como um setor de pouca mobilização e de orientação política predominantemente conservadora (Saes, 1997; Trópia, 2000). Sem dúvida, o espalhamento geográfico dos estabelecimentos e a variedade de suas características, ocupações e condições de trabalho colocam enormes desafios para sua organização e ação coletiva, especialmente nas grandes cidades. Para os propósitos do presente artigo, convém destacar que os sindicatos do setor organizam

10. A ocupação de operadora de caixa expressa, de variadas formas, o tipo de atividade predominante nesse segmento: repetitiva, altamente prescrita, de intensa jornada e remuneração próxima ao salário mínimo.

tanto trabalhadores considerados essenciais quanto aqueles cujas atividades foram suspensas pelo fechamento do comércio não essencial¹¹.

O agravamento da precariedade das condições de trabalho, que já caracterizavam o segmento de trabalhadoras/es de supermercados, tem ocorrido em duas dimensões principais durante a pandemia: na intensificação do trabalho e na vulnerabilidade gerada pela maior exposição que coloca em risco suas vidas e a de seus familiares.

Como alguns indicadores têm mostrado (DIEESE, 2020b) e as próprias entidades sindicais reforçado, o segmento de supermercados e de drogarias conseguiu inicialmente manter e até aumentar as vendas. Com isso, parece ter se reduzido o número de demissões no setor. Porém, esse processo tem aumentado as pressões impostas por uma organização do trabalho marcada pela “multifuncionalidade”, pois a redução do quadro de empregados já era uma prática corrente nesses estabelecimentos, exacerbando os desvios de função, as cobranças de metas e as práticas de autogerenciamento dos trabalhadores. As longas jornadas, com horas extras não pagas ou o “roubo de tempo” em folgas e intervalos, somam-se ao trabalho aos domingos, regulamentado por diferentes dispositivos legais. Também são frequentes as denúncias de falta de condição de higiene e limpeza, a qualidade da alimentação oferecida, bem como a constante escassez de EPIs.

Diante da crise sanitária, o Ministério da Economia estabeleceu orientações gerais a empregadores e trabalhadores do setor de supermercados, deixando em aberto a possibilidade de não dispensar trabalhadores em grupo de risco¹². Nesse caso, a orientação é de que “seja priorizado o trabalho interno”.

Quando os trabalhadores pertencentes ao grupo de risco são afastados, o quadro enxuto de empregados reduz-se ainda mais, ao mesmo tempo em que a procura pelos supermercados aumentou durante a pandemia devido ao fechamento de outros estabelecimentos.

11. Os sindicatos de São Paulo e de Osasco encontram-se no epicentro da pandemia (com elevado números de casos e já em processo de reabertura do comércio) e possuem um número significativo de trabalhadores na sua base (cerca de 500 mil e 80 mil, respectivamente).

12. Ofício Circular SEI no. 1.329 de 20 de abril de 2020.

Isso implicou tanto o aumento do volume de tarefas quanto a extensão das jornadas dos que ficam. Além disso, os procedimentos necessários para a prevenção da contaminação exigem ainda novas rotinas e crescem atividades a serem desempenhadas pelas/os trabalhadoras/es. Sindicalistas denunciam que, nos dias de maior movimento, ocorre o desrespeito às folgas fixas semanais com o aumento da jornada diária e os supermercados deixam de cumprir algumas das medidas de saúde e segurança, estabelecidas pelos protocolos municipais firmados para o funcionamento durante o período de quarentena.

C. TRABALHADORES NO ASSEIO E CONSERVAÇÃO

O Siemaco representa os trabalhadores em empresas de asseio e conservação; limpeza pública urbana; conservação ambiental; controle de vetores e pragas e áreas verdes. Trata-se de uma categoria socialmente pouco valorizada, marcada pela baixa escolaridade¹³ e condições de trabalho precárias. A terceirização e os baixos salários são regra nesse segmento. Os trabalhadores são contratados por prestadoras de serviços para exercer suas funções em estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços, bem como em vias e instituições públicas. O rendimento médio mensal é baixo, próximo de 1,5 salário mínimo e não é raro que as jornadas excedam a duração legal, indicando uma sobrecarga de trabalho¹⁴. A categoria é alvo de preconceito e reclama de sua invisibilidade, apesar de se saber imprescindível para o bem-estar da sociedade, sobretudo em uma situação de pandemia, em que a hi-

13. Pesquisa realizada pelo Dieese em 2011 indica que 43% da categoria possui até o ensino fundamental incompleto e 13,5% o fundamental completo (DIEESE/SIEMACO, 2011, p. 21).

14. O piso situa-se pouco acima de um salário mínimo e 85% dos trabalhadores ganhavam, em 2011, menos de dois salários mínimos. Com relação à jornada, 37,5% trabalha mais do que 44 horas semanais, 23% trabalha todos os domingos (sendo que outros 18,2% trabalham quinzenalmente nesse dia) e 40% trabalha regularmente aos feriados. Por fim, para 44,5% dos entrevistados na pesquisa, o número de trabalhadores é inferior ao necessário para a realização dos serviços (DIEESE/SIEMACO, 2011, p. 38-56).

giene salva vidas¹⁵. Com uma composição étnica majoritariamente negra (73,0%) (Cf. DIEESE/SIEMACO, 2011, p. 19), os trabalhadores não associam necessariamente a discriminação à questão racial, mas à sua profissão e ao local de trabalho em que exercem suas atividades: 28,0% dos que trabalham em hospitais declararam ter sofrido discriminação (DIEESE/SIEMACO, 2011, p. 79).

A despeito de serem uma categoria essencial, os trabalhadores de limpeza foram duramente atingidos pela pandemia. De um lado, em virtude de sua exposição à doença, dentro e fora dos locais de trabalho. Estudo feito com funcionários do Hospital das Clínicas da USP indica que o percentual de contaminações de trabalhadores terceirizados, da limpeza e da segurança, é mais elevado que o de enfermeiros e médicos, o que indica que populações socialmente mais vulneráveis são mais infectadas pelo vírus¹⁶. De outro lado, por razões econômicas. Muitos estabelecimentos, em virtude do fechamento ou redução de suas atividades, suspenderam ou revisaram os contratos de prestação de serviço com as limpadoras, o que levou ao remanejamento de pessoal e a despedidas. Em São Paulo, foram anunciados cortes de terceirizados da limpeza em escolas, universidades, na Petrobrás, no Metrô, na Fiesp.¹⁷. Além disso, muitas empresas atrasaram os salários, realizaram descontos indevidos ou não realizaram o pagamento de direitos, como PLR, o que ensejou paralisações em alguns casos.

15. Ver: <http://www.siemaco.com.br/acoes/9200-SIEMACO-SP-comemora-Dia-do-Trabalhador-da-Limpeza-Urbana,-Asseio-e-Conservacao-e-Areas-Verdes-neste-sabado>.

16. A hipótese aventada pelo estudo é que a contaminação se dê não no local de trabalho, mas no transporte público. Ver: <https://g1.globo.com/spa/sao-paulo/noticia/2020/09/04/funcionarios-das-areas-de-seguranca-e-limpeza-do-hc-de-sp-foram-7-vezes-mais-infectados-do-que-medicos-de-uti-de-covid.ghtml>.

17. Ver: <https://www.adusp.org.br/index.php/defesauniv/3739-portaria-gr-7639>; <http://www.esquerdadiario.com.br/Metro-SP-trabalhadores-da-limpeza-demitidos-em-meio-a-pandemia-quando-sao-mais-essenciais>; <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/03/30/coronavirus-fiesp-corta-gasto-com-terceirizados-demissoes.htm>.

D. TRABALHADORES MOTOFRETISTAS

O Sindimoto representa uma categoria de trabalhadores precários que adquiriu grande visibilidade na pandemia, com o aumento da demanda pela entrega de mercadorias em virtude do isolamento social. Analisando os dados da PNAD-C para todo o país, Manzano e Krein (2020) indicam que a taxa de informalidade dos condutores de motocicleta, que já era elevada, passou de 67,0% para 71,8% entre o primeiro trimestre de 2016 e o primeiro trimestre de 2020. Apesar de o número de ocupados na categoria ter aumentado em 39,2% nesse mesmo período, seu rendimento médio mensal caiu, situando-se em R\$ 1.199,00 no primeiro trimestre de 2020, um valor ligeiramente superior ao salário mínimo (R\$ 1.045,00).

Os *motoboys* já eram desprovidos de direitos, mas foram bastante afetados pela chegada dos aplicativos de entrega. Antes, seja como autônomos ou na condição de terceirizados, geralmente prestavam serviço para uma única empresa, o que lhes dava uma certa previsibilidade em termos de jornada de trabalho e rendimento, além de exibirem uma série de competências “como serviços burocráticos de cartório e de bancos, transporte e entrega de objetos delicados, prestação de serviços mecânicos, manutenção da própria moto” (Abilio, 2019, p. 135). Agora são “livres” para se conectar a diferentes aplicativos, sem ter qualquer controle ou garantia sobre a quantidade de trabalho que irão receber, os trajetos que irão percorrer e a remuneração que irão auferir ao final do dia, sendo também despojados do “saber-fazer da profissão” na medida em que se tornam controlados por um algoritmo (Abilio, 2020).

O Sindimoto tem uma posição de destaque na organização dos motofretistas, tendo liderado diversas manifestações pela regulamentação da profissão, reconhecida pelo governo Lula em 2009. O reconhecimento estabeleceu a obrigatoriedade de o motofretista dispor de equipamentos de proteção e curso de direção segura. No caso do município de São Paulo, o motofretista tem ainda de obter uma licença da prefeitura, para a qual se exige seguro de vida (Abilio, 2019).

O sindicato atua junto aos governos municipal, estadual e federal, demandando o cumprimento da regulamentação, linhas de financiamen-

to para aquisição de motos e itens de segurança, melhorias no trânsito e prevenção de acidentes¹⁸. Embora represente predominantemente os trabalhadores formais, procura incorporar os informais e, desde 2016, promove uma campanha contra as empresas de aplicativos, argumentando que o serviço prestado pelos motoboys não constitui uma relação de “empresário para empresário”¹⁹.

Vejamos a seguir como essas condições de trabalho ensejam reivindicações e ações por parte dos sindicatos que organizam esses trabalhadores no contexto da pandemia.

2. AÇÃO SINDICAL EM DEFESA DA PRESERVAÇÃO DA VIDA

Embora a pandemia tenha ocasionado o fechamento das sedes das entidades e suspenso o atendimento presencial ao público, os sindicatos analisados têm demonstrado ativismo intenso, revelando uma grande preocupação com a questão da saúde dos trabalhadores de sua base, por serem categorias mais expostas ao risco. Utilizam, de maneira geral, ferramentas virtuais para transmitir informações aos trabalhadores representados (como perfis em redes sociais) e reforçaram canais de atendimento online (por telefone, aplicativos de mensagens e e-mail). Entretanto, as condições de trabalho dos setores analisados em nossa amostra impõem à ação sindical maior presença nos locais de trabalho, para fiscalizar denúncias e orientar os trabalhadores sobre como se prevenir da Covid-19. Essa constitui uma característica peculiar desses segmentos, diferentemente do analisado por Campos (2020), que observou a centralidade da ação sindical no uso de ferramentas virtuais para o trabalho de base, na agitação política e na organização das entidades representativas de trabalhadores bancários e da educação básica pública sob o mesmo contexto pandêmico.

18. Ver: Revista *A Voz do Motofrete*, nº 1, 2014.

19. Ver: Jornal *A Voz do Motoboy* nº 78, agosto de 2017, p. 5. Disponível em: <http://www.sindimotosp.com.br/informativos/Jornal/jornal78.pdf>.

Para apreendermos as razões dessa singularidade, analisamos a seguir o conteúdo das reivindicações e posicionamentos, a maneira como organizam o funcionamento das entidades e o trabalho de base, bem como as formas de atuação durante a pandemia, considerando as condições de trabalho dos segmentos selecionados.

2.1. REIVINDICAÇÕES

A proteção da saúde, a defesa da vida, do trabalho e da renda são aspectos comuns encontrados nas reivindicações dos sindicatos analisados. A valorização da profissão e a preocupação de que o trabalhador não seja descartável constituem alguns aspectos presentes no discurso da maior parte das categorias, embora não em todas. Destacamos, também, que alguns sindicatos politizam o debate sobre o trabalho na pandemia, na medida em que relacionam os problemas vividos pelos trabalhadores/as que eles representam com as políticas implementadas pelos governos de plantão²⁰.

As demandas feitas aos empregadores (públicos e privados) envolvem o fornecimento de EPIs, a assepsia de postos de serviço, a manutenção de direitos trabalhistas (inclusive os constantes em instrumentos coletivos), o respeito à jornada, o pagamento de salários e benefícios. As ênfases, em cada item, variam de acordo com o segmento e a entidade representativa.

A urgência na defesa da vida e das condições de trabalho é particularmente evidente no caso de médicos e enfermeiros, que estão na linha de frente do combate à doença. A preocupação com a saúde do trabalhador se expressa tanto por meio da demanda de fornecimento de EPIs à categoria, quanto pela divulgação de dicas de prevenção, materiais informativos e protocolos visando ao controle da propagação do coronavírus dentro e fora dos locais de trabalho. Alguns sindicatos promovem também a distribuição de kits de proteção aos trabalhadores.

No caso dos *motoboys*, essa iniciativa, realizada em parceria com as empresas que fazem publicidade em seu jornal mensal, *A Voz do Moto-*

20. Como veremos adiante, a existência de tais posicionamentos guarda uma relação com as opções de ação sindical, mas parece não ter muita relação com a filiação às centrais.

boy, é voltada para todos os trabalhadores, “CLT, MEIS ou autônomos”²¹. O Sindimoto veicula várias notícias sobre a Covid-19, trazendo informações sobre formas de contágio e prevenção, tendo lançado um guia em conjunto com a Federação dos Motociclistas Profissionais (Febramoto) e a Associação Brasileira de Medicina de Tráfego para orientar a categoria sobre a transmissão da doença. O sindicato reiteradamente destaca a importância da categoria, como estampa uma das manchetes de seu jornal: “Setor de motofrete salva população do caos do Coronavírus”. E o editorial acrescenta: “Até a solução do problema, *motoboy*s estarão agindo como heróis na linha de frente, entregando as mercadorias, alimentos, remédios etc. para à população”²².

Essa busca pela valorização do trabalho leva os sindicatos a ressaltar a importância do serviço prestado para a população, sua condição de essencialidade para o enfrentamento da pandemia e para a preservação da vida²³. Além da pauta em defesa da categoria e da saúde pública, o Seesp lançou a campanha “Demonstre apoio aos enfermeiros! #LuteComoUmaEnfermeira!”, pedindo que fossem enviados vídeos de até um minuto que seriam veiculados nas redes sociais. Já o Siemaco, juntamente com a distribuição de kits de proteção aos trabalhadores de sua base, distribuiu cartazes com os dizeres: “Parabéns aos nossos heróis e heroínas da limpeza urbana”²⁴. O orgulho da profissão, a autoimagem associada à figura de heróis e guerreiros que lutam para que os demais possam ficar em casa e as menções ao sacrifício da própria categoria são recorrentes na reivindicação por valorização. Em alguns casos, essa campanha teve

21. Ver: *A Voz do Motoboy*, nº 110, p. 7. Disponível em: <http://www.sindimotosp.com.br/informativos/Jornal/Jornal%20110.pdf>.

22. Ver: *A Voz do Motoboy*, nº 109, março de 2020, <http://www.sindimotosp.com.br/informativos/Jornal/Jornal109-1.pdf>.

23. Destacam-se as comemorações do Dia Internacional do Enfermeiro, em 12 de maio, e do Dia do Trabalhador da Limpeza Urbana, Asseio e Conservação e Áreas Verdes, em 16 de maio.

24. Ver: <http://www.siemaco.com.br/acoes/9203-Dia-do-Trabalhador-da-Limpeza-distribuido-de-milhares-de-kits-de-protecao-pelo-SIEMACO-SP-movimenta-garagens-e-alojamentos>.

respaldo significativo na sociedade, como evidenciado nas manifestações de “palmas” aos profissionais da saúde, mas não teve nem a mesma centralidade no discurso das entidades representativas dos trabalhadores de supermercados, nem o reconhecimento público por parte dos consumidores que frequentam esses estabelecimentos. Nisso se expressa o baixo status dos trabalhadores que carregam, separam, repõem e assessoram a compra de alimentos e outros bens, que não aparece como um trabalho de cuidado, nem como uma atividade imprescindível. O descuido e despreocupação dos consumidores que frequentam os supermercados também evidenciam a desvalorização social do segmento²⁵. Nesse sentido, fica a sensação de que a vida e a exposição a que estão submetidos é menos honrosa do que a de outros trabalhadores essenciais, naturalizando a sua “descartabilidade”. Mas mesmo os trabalhadores da saúde, cujo trabalho foi reconhecido mundo afora, foram, em mais de um episódio, hostilizados no Brasil e até alvo de violência durante protestos por melhores condições de trabalho e proteção durante a pandemia.

Dentre as diferenças encontradas entre os sindicatos analisados está o grau de atuação e envolvimento político, de tal modo que alguns se destacam pela completa ausência de temas políticos em seu site, mesmo que a simples menção às medidas adotadas pelo governo, enquanto outros se voltam, de forma intensa, à atividade política, como veremos mais detalhadamente no item 2.3.

O Siemaco, por exemplo, não discute proteção estatal, direitos trabalhistas, nem reproduz o posicionamento das centrais e as reivindicações por elas apresentadas ao governo para enfrentar a pandemia. É um sindicato com baixa atuação política, que se destaca pela parceria com o patronato. Em comunicado conjunto com um dos sindicatos patronais de sua base, o Sindicato das Empresas de Limpeza Urbana no estado de São Paulo (Selur), anuncia a criação de um Gabinete Setorial de Crise para “acompanhar e apoiar as medidas de prevenção adotadas pelas empresas” visando

25. Ver: GONÇALVES, Juliana. “Coronavírus: ‘tem gente que tosse em cima da gente’, conta caixa do supermercado carioca Mundial”. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/04/14/coronavirus-supermercados-mundial/>.

ao combate e à prevenção ao Coronavírus²⁶. Esta prática também marca a atuação do Sindimoto, cujo site exibe marcas de moto e seguradoras que figuram como parceiras. No caso do Siemaco, a interlocução com o governo se limita a buscar soluções pontuais para a categoria, como a exclusão dos trabalhadores do rodízio de veículos da cidade de São Paulo, medida que se estende ao conjunto dos trabalhadores de serviços essenciais²⁷.

O Sindimoto, porém, assim como o Sindicato dos Comerciantes de São Paulo, ambos igualmente filiados à UGT, tem uma atuação mais presente no plano político. Além de criticar abertamente as políticas e posturas do Presidente da República, o presidente dos Comerciantes de São Paulo, que também é presidente daquela central, ressalta a importância da articulação do movimento sindical, especialmente por meio da unidade das centrais sindicais, com o parlamento. O Sindimoto também interpela o governo por autorizar o funcionamento do motofrete sem as condições adequadas de segurança sanitária e demanda audiência com representantes da prefeitura e do governo estadual para que sejam adotadas campanhas de saúde específicas para os trabalhadores da categoria, como sua inclusão na campanha de vacinação contra a gripe, no que foi atendido. As edições de seu jornal apresentam e criticam as medidas provisórias implantadas pelo governo federal²⁸, orientam os trabalhadores sobre como obter o auxílio emergencial, apresentam notas e determinações do Ministério Público do Trabalho sobre as relações de trabalho no setor e defendem o reconhecimento do vínculo empregatício, argumen-

26. Ver: [http://www.siemaco.com.br/acoes/9166-SIEMACO-SP-e-SELUR-criam-Gabinete-Setorial-de-Crise-para-combate-e-prevencao-ao-Coronavirus-\(Covid-19\)](http://www.siemaco.com.br/acoes/9166-SIEMACO-SP-e-SELUR-criam-Gabinete-Setorial-de-Crise-para-combate-e-prevencao-ao-Coronavirus-(Covid-19)).

27. “Buscamos a Prefeitura e mostramos as dificuldades da categoria, que está exposta desde o início desta pandemia e segue prestando um importante serviço à população. Esse rodízio iria punir trabalhadores e trabalhadoras que devem ser valorizados e exaltados. Após muito diálogo, em conjunto com o setor patronal, veio a notícia de que nossa categoria seria liberada do rodízio. Vitória da união sindical”, explica Moacyr Pereira, presidente do SIEMACO-SP <http://www.siemaco.com.br/acoes/9196-Prefeitura-de-Sao-Paulo-exclui-profissionais-da-Limpeza-Urbana-do-rodizio-ampliado-de-veiculos-na-Capital>.

28. “Medidas Provisórias 927 e 936 do governo federal atendem empresários e reduz direitos dos trabalhadores”. Cf. *A Voz do Motoboy*, nº 110, p. 6.

tando que: “Em tempos de Coronavírus ser registrado em carteira garante renda”²⁹. O sindicato defende políticas públicas para o setor e difunde estudos críticos sobre o impacto da reforma trabalhista e da pandemia sobre as condições de trabalho da categoria³⁰.

A defesa do isolamento social é um traço comum aos diferentes sindicatos, pois isso contribui para a segurança dos que precisam estar nas ruas. Nesse sentido, recusam a dicotomia entre emprego e vida, difundida pelo governo federal. No caso da área de saúde, as críticas das entidades se estendem à política negacionista, eugenista, higienista e anti-ciência de Bolsonaro³¹.

2.2. ORGANIZAÇÃO SINDICAL

Desde o início da pandemia, o SindSaúde-SP tem promovido plenárias regionais on-line cujos objetivos são manter a base de delegados mobilizada na defesa dos trabalhadores da saúde e eleger delegados para a plenária estadual³². A entidade tem promovido também debates e *lives*

29. Ver: *A Voz do Motoboy*, nº 109, p. 6.

30. *A Voz do Motoboy* nº 111, p. 6, faz referência a dois estudos da Rede de Estudos e Monitoramento da Reforma Trabalhista (REMIR) e noticia debate promovido pelo Grupo de Pesquisa Trabalho e Capital da USP. Ver: <http://www.sindimotosp.com.br/informativos/Jornal/Jornal%20111-1.pdf>. Além disso, o sindicato divulga as leis que regulam a atividade do motofrete no âmbito federal e municipal e apresenta os projetos de lei de interesse da categoria em tramitação no Parlamento, como o PL 391/2000, que obriga os aplicativos de entrega a fornecer seguro de acidentes pessoais para todos os seus entregadores e o PL 1553/2020, que obriga as empresas a fornecer EPIs, produtos de higiene, água potável e ponto de apoio aos entregadores cadastrados em suas plataformas, projeto esse elaborado a partir de sua contribuição.

31. O discurso presidencial suscitou uma Nota de Repúdio do Sindsaúde, pois levantava suspeita sobre os profissionais da saúde, em um momento em que os trabalhadores estão “literalmente dando nossas vidas para tratar a população brasileira” Ver: <http://sindsaude.org.br/novo/noticia.php?id=6330>. O Simesp criticou o posicionamento das entidades profissionais nacionais de médicos (Conselho Nacional de Medicina, Associação Médica Brasileira e a Federação Nacional dos Médicos), por serem omissas em relação ao uso da cloroquina. Os sindicatos também criticam o governo federal pela falta de articulação com as ações da saúde de estados e municípios.

32. As plenárias virtuais têm pauta ampla, além da definição de estratégias durante a pandemia. Busca discutir o avanço das organizações sociais e das terceirizações na saúde pública estadual em cada região, esclarecer como foram as negociações e ações

com profissionais e dirigentes sindicais. O Simesp, por sua vez, realizou, inclusive, eleições virtuais para a nova diretoria, eleita em junho de 2020.

Embora tenha fechado o atendimento presencial na sede, o Sindicato dos Comerciários de São Paulo manteve os serviços médicos e odontológicos, mas os transferiu para outro local. Já o Secor tem mantido um plantão entre os diretores e a presença de um advogado na sede. No entanto, diferentemente dos demais sindicatos analisados, nenhuma das entidades de trabalhadores no comércio registrou, em sua página na internet, ações voltadas à visitação aos locais de trabalho ou de comunicação com representantes sindicais. Embora a ausência de informação no site não seja suficiente para afirmar que esse tipo de trabalho sindical não exista, nota-se a diferença com relação ao observado nos demais sindicatos pesquisados. No caso dos supermercados, os dirigentes alegam que, ao menos nas grandes redes, o fornecimento de EPIs e a limpeza dos postos de trabalho não têm sido um problema. Esses são os estabelecimentos mais visíveis e mais facilmente fiscalizados, que atendem geralmente um público de classe média e que, mais rapidamente e até mesmo por pressão dos consumidores, adotaram as medidas de saúde relacionadas à limpeza e instalação das divisórias de proteção nos caixas.

O Sindimoto manteve visitas aos locais de trabalho e plantão jurídico para atendimento dos entregadores injustamente bloqueados pelas empresas. O Siemaco também manteve visitas aos locais de trabalho durante o período de fechamento da sede para fiscalizar denúncias ou realizar entrega de cestas básicas e kits de higiene com máscaras e álcool em gel. Também manteve o atendimento, com hora marcada, para entrega de benefício natalidade, um auxílio monetário garantido na convenção coletiva dos trabalhadores de asseio e conservação. Não elaborou material próprio sobre a pandemia, mas selecionou e indicou aos trabalhadores fontes públicas (da Anvisa, Ministério da Saúde e Fundacentro) com informações e recomendações para preservar a saúde e a segurança da categoria. As informações

do SindSaúde-SP diante da ameaça de corte do adicional de insalubridade e que mudanças a reforma da Previdência do governo João Doria traria para a categoria.

divulgadas em seu site e por meio de redes sociais se referem, sobretudo, a denúncias de descumprimento de acordos e irregularidades no pagamento e rescisões; à realização de paralisação em empresas motivadas por atraso no pagamento de salários e benefícios; e a ações em tramitação na Justiça. As notícias também mencionam os atendimentos médicos, odontológicos e laboratoriais realizados em suas cinco clínicas, bem como as especialidades oferecidas por clínicas conveniadas, e o aumento da procura por atendimento psicológico durante a pandemia.

2.3.FORMAS DE ATUAÇÃO

O ativismo sindical, como evidenciamos, está presente nas categorias analisadas, ainda que com menor expressão no caso dos comerciários, tradicionalmente mais refratários a ações diretas reivindicativas e de protesto trabalhista e, conforme a situação de trabalho, muito mais suscetíveis ao despotismo patronal. Dentre as ações mais comuns estão as manifestações públicas, as judicializações, as negociações coletivas realizadas especialmente para reagir aos impactos da pandemia, a pressão sobre governos, a filantropia e a solidariedade com outras categorias. O sentido e os resultados dessas ações coletivas, no entanto, são diferenciados conforme as condições de trabalho das categorias e as orientações político-ideológicas de suas direções.

Os sindicatos de trabalhadores da saúde incrementaram suas ações fiscalizando locais de trabalho e denunciando práticas irregulares em hospitais públicos, privados e hospitais de campanha. Ao fazer isso, extrapolaram sua atuação para as ruas, realizando manifestações em frente e dentro de hospitais, em praças e locais públicos, de modo que seu ativismo não foi limitado pelas restrições impostas pela pandemia.

O Seesp mobilizou as gerências regionais do trabalho, visando à realização de testes de Covid-19, o uso e fornecimento de EPI de qualidade e em quantidade suficiente, horas de descanso e folga. Tem publicado com regularidade informações sobre o número de enfermeiros contaminados e mortos pelo coronavírus. Na mesma direção, o Simesp criou um *Memorial*

em homenagem aos médicos que morreram por complicações causadas pela Covid-19. Tanto essas organizações quanto o SindSaúde criaram serviços de *Disk Denúncia* para receber informações sobre irregularidades cometidas por prefeituras, empresas e o governo do estado, principalmente no que diz respeito à falta de EPIs, o que resultou em ações de fiscalização de hospitais, com grande repercussão na imprensa escrita e televisiva, e a instauração de inquérito civil pelo Ministério Público do estado de São Paulo.

O SindSaúde entrou na justiça para tentar garantir equipamentos EPIs, cumprimento da jornada e o direito a afastamento dos profissionais com idade acima de 60 anos. O Seesp acionou judicialmente o Instituto de Atenção Básica e Avançada à Saúde, que é a gestora do Hospital de Campanha do Anhembi³³, e a Sociedade Beneficente Israelita Hospital Albert Einstein, requerendo a testagem de todos os profissionais da saúde. Também fez denúncia ao MPT contra o Hospital de Campanha da Brasilândia, que estaria contratando enfermeiros sem registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).

O SindSaúde negocia com o governo do estado de São Paulo direitos e salários, combatendo a terceirização e a privatização da saúde. A base social da entidade, composta fundamentalmente por servidores públicos, ajuda a compreender a dinâmica da luta do SindSaúde. Como Nogueira (2005) apontara em seu estudo sobre o sindicalismo no setor público, os principais antagonistas dos servidores são os governos de plantão, o que torna, não raro, a luta sindical destas categorias politizada em função das conjunturas.

33. Simesp, o Sindsep-SP e SindSaúde-SP inspecionaram em conjunto o hospital de campanha do Anhembi para avaliar as denúncias de falta de EPI, condições de trabalho inadequadas e sobrecarga de trabalho. A comissão identificou problemas “no treinamento para que os funcionários usem adequadamente e façam a troca constante desse EPI” e nas acomodações para os plantonistas, como colchões no chão e problemas de limpeza e troca de lençóis. Identificou que os médicos são quarteirizados e contratados via PJ, não tendo garantia de manutenção dos vencimentos caso adoeçam durante a pandemia. Três organizações sociais (OSs) foram denunciadas ao MPT: o Instituto de Atenção Básica e Avançada à Saúde (Iabas), a Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM) e OGS Saúde (quarteirizada pelo Iabas).

O Simesp promoveu assembleias virtuais para aprovar a proposta de um aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) 2019/2020, com normas específicas para a segurança do trabalho de médicos sem vínculo formal, bem como para discutir a pauta de reivindicações para a campanha salarial de 2020³⁴. Buscou também a via jurídica para tentar garantir o pagamento das bolsas dos residentes que estavam atrasadas.

A atuação dos sindicatos de comerciários é marcada pela heterogeneidade de sua base, o que faz com que tenham que dar conta de situações de trabalho muito distintas. Divididos entre um setor essencial (os trabalhadores de supermercados) e um amplo setor não essencial, que teve que se manter fechado durante o período, boa parte do seu foco esteve voltado para este último, que constitui parte significativa de sua base. No caso de Osasco, o sindicato se movimentou para cobrar do poder público o cumprimento dos protocolos de saúde para a retomada das atividades no comércio em geral. Na fase inicial da pandemia, esses sindicatos acompanharam o estabelecimento dos protocolos de saúde e segurança para os setores essenciais, ao mesmo tempo em que destinavam parte significativa de seus esforços para construir aditivos às convenções coletivas e acordos que viabilizassem a manutenção dos empregos por meio dos mecanismos implementados pela Medida Provisória 936³⁵ (DIEESE, 2020b).

Desde o início da pandemia, os sindicatos dos comerciários de São Paulo e de Osasco negociaram com as entidades patronais aditivos à convenção coletiva inclusive no segmento de supermercados³⁶. Esses sindicatos consideram que a MP 936 possibilitou a manutenção de empregos no setor, contribuindo para minimizar o fechamento de

34. Ver: <http://simesp.org.br/imprensa.php?Ler-editoria;11149>.

35. Dentre outras medidas, a Medida prevê a suspensão de contratos por até 60 dias e a redução da jornada e do salário por até 90 dias. Dos cerca de 10 milhões de trabalhadores atingidos pela MP 936, cerca de 2,5 milhões são do comércio, ficando atrás somente do setor de serviços (3,8 milhões) (DIEESE, 2020b).

36. O setor de turismo e hospitalidade (onde se insere o setor de limpeza) e o comércio atacadista e varejista dividem a segunda posição em número de instrumentos normativos relacionados à pandemia (DIEESE, 2020d, p. 4).

estabelecimentos, especialmente entre os pequenos e médios. Sendo assim, essas entidades têm defendido a prorrogação dessas medidas pelo governo federal³⁷.

Os aditivos à convenção contemplam as seguintes cláusulas e possibilidades: 1) medidas de proteção à saúde: observância das recomendações da OMS, fornecimento de álcool em gel para todos, fornecimento e verificação de utilização de mascarar para manipuladores de alimentos e, na medida do possível, para os demais e, por fim, a instalação de protetores acrílicos e higienização constante dos locais e objetos de trabalho das operadoras de caixa; 2) adaptação ao trabalho remoto; 3) adiantamento de férias; 4) redução de jornada com redução de salário, com informação do sindicato sobre acordos individuais e garantia de emprego por três meses aos empregados atingidos por essa medida; 5) suspensão de contrato com a garantia de trabalho de 60 dias.

Ainda com relação aos comerciários, uma importante iniciativa foi tomada a partir das centrais sindicais (CUT, UGT, FS, CTB, NCST e CSB) em maio de 2020: a criação do Fórum dos Trabalhadores do Comércio, com o objetivo de construir de uma agenda unitária e ações articuladas no enfrentamento da crise³⁸.

O Siemaco, por sua vez, já havia assinado termo aditivo à convenção coletiva da área de asseio e conservação, antes mesmo da edição da MP 936. Baseando-se no fato de que, desde a reforma trabalhista de 2017 o negociado prevalece sobre a lei, o acordo possibilita: a redução da jornada e salários em até 50,0%, com redução proporcional de vale-alimentação e vale-refeição e pagamento de vale-transporte aos dias efetivamente trabalhados³⁹; a compensação da jornada via banco de horas e a conversão

37. A MP 936 foi posteriormente convertida na Lei 14.020/2020, em 06 de julho de 2020.

38. No debate acerca da conversão da MP 936 na lei 14.020/2020, o Fórum reafirmou a importância de assegurar o direito à negociação coletiva, defendendo a prorrogação e elevação do valor do auxílio emergencial e a garantia de emprego nas empresas que aderissem ao Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda.

39. Posteriormente, as opções contempladas pela MP 936 foram incluídas, autorizando redução de 25,0% e 70,0%, e a suspensão do contrato, com complementação salarial pelo governo.

de horas extras em banco de horas, a critério da empresa; a suspensão do limite máximo de 12 horas diárias de trabalho, durante a pandemia; a antecipação de férias, dispensando as empresas do pagamento prévio do adicional de 1/3 e a licença remunerada dos maiores de 60 anos; a adoção do teletrabalho, dispensando as empresas do pagamento de vale-transporte e vale-refeição; além de admitir que os casos de contaminação por Covid-19 só serão considerados ocupacionais mediante comprovação do nexo causal. Ressalte-se que o termo aditivo não foi apresentado ou discutido com os trabalhadores, tampouco votado em assembleia, presencial ou remota. O sindicato limitou-se a informar que “cientificará seus representados por meios eletrônicos e canais digitais mantidos para informar a categoria”⁴⁰.

A despeito das cláusulas desfavoráveis incorporadas pelo acordo, a avaliação do Siemaco é positiva:

Muitas empresas estão perdidas diante da pandemia, por isso a gente acaba ajudando tanto as empresas quanto os trabalhadores, apresentando alternativas, informando que o aditivo permite alguns acordos para evitar demissões em massa e salvar os empregos, garantindo renda e segurança a todos.⁴¹ (Francisco Júnior, encarregado do departamento jurídico do sindicato).

O Siemaco manteve também um ativismo jurídico em defesa dos trabalhadores, movendo ações contra o atraso de salários e benefícios

40. O aditivo afirma ter poderes outorgados pela assembleia que votou a Convenção Coletiva em novembro de 2019 para representar os interesses da categoria. Também justifica a ausência de assembleia reproduzindo os termos do ofício assinado pelo Subsecretário de Relações do Trabalho do Ministério da Economia, que flexibiliza “a exigência de ata de assembleia como condição para o registro de instrumentos pactuados durante o período de isolamento social decorrente da pandemia” (Cf. Ofício circular SEI nº 1022/2020/ME) e da Nota Técnica conjunta nº06/2020 da Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical (Conalis) do Ministério Público do Trabalho que, diante de medidas de isolamento social e quarentena, possibilita a adoção de “meios telemáticos, céleres e eficazes para consulta aos trabalhadores e interessados” (Ver Termo aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho, disponível em: <http://www.siemaco.com.br/upload/convencao/img2-CCT-SIEMACO-SP-X-SEAC-Vigencia-01-01-202-9117.pdf>).

41. Ver: <http://www.siemaco.com.br/acoes/9175-SIEMACO-SP-segue-prestando-atendimento-on-line-aos-trabalhadores-da-Capital>.

dos prestadores de serviços no setor de limpeza e o descumprimento da Convenção Coletiva de Trabalho, pagamento de diferenças salariais, de benefícios e PLR⁴².

Não encontramos aditivos assinados pelo Sindimoto no contexto da pandemia⁴³. A ausência de acordos coletivos pode indicar a prevalência de acordos individuais⁴⁴, bem como decorrer do tipo de vínculo que prevalece na categoria, marcada pela forte informalidade. Ainda assim, o Sindimoto recomenda aos empregadores que firmem acordos “com a Entidade Sindical caso queiram reduzir o salário ou suspender temporariamente o contrato de trabalho de seus empregados, a fim de garantir a segurança jurídica de ambos os lados da relação de emprego, isto é, evitar eventuais questionamentos futuros e possíveis problemas na Justiça do Trabalho”⁴⁵.

Nem todos os sindicatos de nossa amostra realizam ações para além dos limites de sua categoria e, quando o fazem, isso não é necessariamente sinônimo de maior politização. As manifestações de solidariedade com outros sindicatos e movimentos sociais variam conforme a entidade considerada, podendo ser mais ou menos amplas.

No Siemaco, a questão da solidariedade é abordada seja através de campanhas de arrecadação de alimentos para trabalhadores afastados e que não tiveram direito a complementação salarial (geralmente uma iniciativa dos próprios trabalhadores de uma determinada empresa, apoiada pelo sindicato), seja através do oferecimento de sua colônia de férias para que as prefeituras de Praia Grande e Bertioga (no caso, a colônia da fe-

42. O primeiro caso envolve o Sport Club Corinthians Paulista e o segundo a Universidade Estácio de Sá. <http://www.siemaco.com.br/acoes/9216-Apesar-da-pandemia,-SIEMACO-SP-continua-defendendo-direitos-na-Justica-do-Trabalho>.

43. O Sindimoto celebra convenções coletivas com 5 sindicatos patronais, que contratam mensageiros ciclistas e motociclistas no setor hoteleiro, bares e restaurantes, distribuidoras de jornais e revistas, empresas de entrega rápida e micro e pequena indústria artesanal.

44. A lei 14.020/2020 permite acordos individuais para os trabalhadores que recebem salário igual ou inferior a R\$ 3.135,00 das empresas que tiveram receita bruta igual ou inferior a R\$ 4,8 milhões em 2019.

45 Disponível em: <http://www.sindimotosp.com.br/PDFemgeral/comunicado-22-4-2020.pdf>.

deração) possam utilizá-las para atendimento médico. Como já mencionamos, o sindicato tem uma atuação próxima ao patronato, celebrando parcerias para o oferecimento de cursos⁴⁶. Neste sentido, a solidariedade tem uma natureza mais filantrópica e caritativa do que propriamente política, pautada na construção de um sentido de classe.

O Sindimoto, por sua vez, sobretudo por representar *motoboys*, envolveu-se na organização de protestos pelo aumento do valor das corridas e por melhores condições de trabalho para os entregadores de aplicativo, ocorridos nos meses de abril e maio, e teve participação na greve realizada em 1º de julho. A greve, porém, evidenciou uma divisão no interior da categoria, entre o sindicato e associações e coletivos que surgiram para representar especificamente os trabalhadores por plataformas digitais, que alegam não serem representados pelo sindicato. Além dessa questão da representação, outra disputa ocorreu em relação às demandas apresentadas pelos trabalhadores, uma vez que, como vimos, o sindicato defende o reconhecimento de vínculo com as empresas de aplicativo, o que não é consensual na categoria (Galvão, 2020a; 2020b)⁴⁷.

Para o Sindimoto, a solução para melhorar as condições de trabalho da categoria é, acima de tudo, jurídica: trata-se de fiscalizar o cumprimento da lei e não de instituir novas leis⁴⁸. Por isso, a entidade solicitou audiência de conciliação com o TRT da 2ª região, ocorrida no dia 14 de

46. O Programa de Educação Continuada ocorre em parceria com o Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação no Estado de São Paulo, o Metrô e o Centro de Integração Empresa-Escola. O Programa manteve as aulas em formato online durante a pandemia e a Central de Cursos do Siemaco, por sua vez, ofereceu palestra online sobre língua portuguesa e gêneros textuais, aberta ao público em geral.

47. As tensões e divergências no interior da categoria podem ter razões político-partidárias. A desconfiança frente ao sindicato pode estar relacionada ao fato de que seu presidente, Gilberto Almeida dos Santos, também presidente da Febramoto, é filiado ao PSD e se licenciou para ser candidato a vereador na cidade de São Paulo, tendo posteriormente desistido da candidatura e retomado a presidência da entidade. Algumas lideranças que emergiram na greve se dizem apartidárias, enquanto outras parecem mais próximas de partidos de esquerda.

48. Ver: SindimotoSP realiza 2ª manifestação contra empresas de Apps. In: <http://www.sindimotosp.com.br/noticias/noticia207.html>.

julho, data em que realizou uma nova greve para pressionar as empresas a obedecer a legislação vigente, ao passo que as demais organizações do movimento marcaram a greve para o dia 25 de julho, ampliando ainda mais as tensões existentes. Ao mesmo tempo, reclamou da audiência com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, alegando ser uma iniciativa isolada do PSOL, que, além de desconhecer a regulação existente, convidou supostos líderes do movimento, excluindo os “legítimos representantes da categoria”⁴⁹: o Sindimoto e a Febramoto. O Sindimoto, em represália, não participou da convocação da greve do dia 25, que teve menos adesão do que a anterior.

A greve do dia 1º recebeu o apoio do Simesp, que participou do ato dos entregadores no vão livre do Museu de Arte de São Paulo (MASP) distribuindo álcool em gel, com o objetivo de garantir a segurança dos manifestantes, e do SindSaúde, que publicou nota repercutindo o chamado para não usar aplicativo de entrega no dia da greve⁵⁰. Interessante destacar que o Sindimoto também realizou ações em homenagem aos profissionais da saúde no hospital Lucy Franco Montoro, que reabilita pacientes com deficiências físicas e amputados, um problema que atinge fortemente a categoria, em virtude dos acidentes motociclistas⁵¹. Já na área da saúde, diversas ações ultrapassam os limites da categoria e têm um caráter claramente político. Os sindicatos realizaram atos em defesa da vida (Seesp), da democracia e contra o avanço do fascismo (Simesp), assumindo bandeiras como o Fora Bolsonaro (SindSaúde).

49. Ver: PSOL age precocemente e realiza conferência sem representantes. In: <http://www.sindimotosp.com.br/noticias/noticia205.html>.

50. Vitor Dourado, presidente do Sindicato dos Médicos, declarou à reportagem da Folha de S. Paulo: “A luta é deles, mas a uberização é geral. Os profissionais de saúde têm mais a ver com a situação de precarização do que as pessoas pensam”. Segundo ele, médicos que adoecem nos hospitais de campanha são demitidos. “Na pandemia, em vez de melhorar a situação, aprofundou. Ampliaram a pejotização”, disse. Cf. https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/07/protesto-de-entregadores-comeca-com-cerca-de-1000-motoboys-na-marginal-pinheiros.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa-grifos-nossos.

51. Ver: <http://www.sindimotosp.com.br/noticias/noticia202.html>.

Assim, enquanto algumas entidades se restringem ao campo da filantropia, promovendo campanhas de arrecadação para setores vulneráveis da população, em certos casos, em parceria com o patronato, outras se estendem ao apoio a categorias em luta. Algumas entidades fazem as duas coisas, simultaneamente, o que mostra a complexidade de sua atuação. De todo modo, ao analisar as formas de atuação das entidades pesquisadas, observa-se o predomínio de um ativismo de caráter defensivo e mais corporativo. A pauta unificada das centrais em torno da defesa da democracia, de direitos para todos, não apenas para a categoria, e da discussão sobre o papel do Estado (CENTRAIS, 2020) tem pouca repercussão junto a seus filiados. A defesa do SUS, por exemplo, feita no plano das centrais, não é retomada pelos sindicatos de base, à exceção, evidentemente, da área de saúde. O mesmo ocorre com a pauta em defesa da democracia, presente apenas nos sindicatos desse setor⁵².

| CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os problemas identificados nas condições de trabalho dos serviços essenciais pesquisados foram aprofundados com as opções políticas, sanitárias e econômicas adotadas pelo governo federal, estadual e por pressão dos setores empresariais. Com a pandemia, além de sofrer a intensificação dos ritmos do trabalho e extensão da jornada, esses trabalhadores tornaram-se mais expostos à transmissão do vírus, mais vulneráveis ao contágio, ao adoecimento e ao risco de morte.

É importante destacar que as alterações no arcabouço legal promovidas desde a reforma trabalhista, passando pelas medidas provisórias do governo Bolsonaro, criaram limitações maiores para a ação sindical, ao mesmo tempo em que contribuíram para precarizar as condições de tra-

52. A esse respeito, podemos levantar a hipótese da existência de uma espécie de divisão de tarefas entre os sindicatos, dedicados ao trabalho cotidiano, e as centrais, cuja atuação é eminentemente política, mas isso não explica os diferentes envolvimento políticos dos sindicatos, nem o fato de que, no caso de nossa amostra, esse envolvimento seja mais acentuado na área da saúde.

balho nos setores definidos como essenciais. Trata-se de uma dupla contradição. Embora os governos tenham decretado, durante a pandemia, que alguns serviços são essenciais para o funcionamento da sociedade, os trabalhadores que executam parte desses serviços são socialmente desvalorizados e assim permanecem, mesmo na pandemia. Os sindicatos, por sua vez, mesmo tendo sido fragilizados pelas reformas e medidas governamentais, se esforçam na luta pela preservação da vida dos trabalhadores de serviços essenciais, dando-lhes visibilidade e buscando fazer com que sejam socialmente reconhecidos.

Num cenário tão adverso, marcado pela deterioração das condições de trabalho e pelos ataques à instituição sindical, poder-se-ia imaginar que o sindicalismo não teria de onde tirar forças para reagir e resistir. No entanto, no que se refere aos setores aqui analisados, constatamos que a conjunção entre as limitações impostas pela pandemia, pela reforma trabalhista e as formas de precarização que atingem as atividades determinadas como essenciais instigou o ativismo sindical.

Assim, a despeito do contexto desfavorável à ação coletiva, não se observa, na amostra selecionada, inércia ou imobilismo sindical. Os sindicatos desenvolveram iniciativas para se afirmar como representantes legítimos da sua base de representação e para manter a assistência aos trabalhadores. A pesquisa relacionou ações de agitação, protestos públicos, atos de solidariedade com outras categorias em luta, negociações, iniciativas filantrópicas, ações judiciais, além do esforço de fiscalização nos locais de trabalho e comunicação com suas bases.

Ações de solidariedade têm sido recorrentes na pandemia. Todos os sindicatos pesquisados tomaram iniciativas de distribuição de cestas básicas. Essas ações – muitas vezes recobertas por um caráter filantrópico ou de caridade – indicam, no entanto, um potencial solidário que remeteria a uma antiga tradição do movimento sindical, e particularmente grevista, de construção de ações de classe que extrapolam a categoria e o local de trabalho. Apesar de nossa pesquisa não identificar indícios de articulações mais estruturadas com outros movimentos sociais, tais ações, nesse momento, abrem espaço para a

construção de alianças políticas que podem vir a fortalecer a legitimidade dos sindicatos perante a sociedade e estimular laços de solidariedade de classe, a depender da orientação estratégica e ideológica em que se constroem tais práticas.

O ativismo sindical está, entretanto, voltado fundamentalmente para a defesa do emprego e a preservação da vida de seus representados, confirmando a hipótese de uma atuação ativa, mas defensiva. Esse caráter comum aos distintos sindicatos não significa, porém, que não haja diferenças entre eles. Essas diferenças dizem menos respeito ao perfil das centrais às quais são filiadas, já que tanto na CUT quanto na UGT encontramos sindicatos com uma atuação mais corporativa, bem como entidades que estabelecem relações com as agendas políticas mais gerais.

As diferenças se expressam no sentido e no alcance das ações defensivas de proteção da saúde e dos empregos. As entidades que assumem explicitamente um posicionamento político parecem ampliar seus repertórios de ação, tanto no trabalho junto as suas bases, quanto na realização de protestos públicos, denúncias e pressões sobre empregadores (públicos e privados). Em sentido oposto, a ausência de posicionamento crítico sobre a conjuntura política e às medidas governamentais são mais frequentes naqueles sindicatos menos propensos ao trabalho de base. Contudo, é interessante observar que, em nenhum dos casos, as tecnologias de comunicação e informação foram muito utilizadas para formação política e mesmo para repercutir as propostas políticas elaboradas pelo conjunto das centrais, o que parece evidenciar as dificuldades que o sindicalismo enfrenta para ampliar seus horizontes de luta.

| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABILIO, Ludmila. Nova classe média, trabalho e desenvolvimento capitalista nas gestões do Partido dos Trabalhadores. In: Bouffartigue *et al.* *O Brasil e a França na mundialização neoliberal: mudanças políticas e contestações sociais*. São Paulo: Alameda, 2019, p. 127-146.

ABILIO, Ludmila. Breque no despotismo algorítmico: uberização, trabalho sob demanda e insubordinação. Blog da Boitempo: 2020: <https://blogda-boitempo.com.br/2020/07/30/breque-no-despotismo-algoritmico-uberizacao-trabalho-sob-demanda-e-insubordinacao/>.

BORSARI, Pietro; MANZANO, Marcelo. *Proposta do governo de redução de jornada e de salários vai empurrar o país para a depressão econômica*. Campinas: Cesit – IE/Unicamp, 2020.

CAMPOS, Anderson de S. *Sindicalismo no contexto de pandemia no Brasil: primeiras impressões*. Campinas: Cesit – IE/Unicamp, 2020. Disponível em: <https://www.cesit.net.br/sindicalismo-no-contexto-de-pandemia-no-brasil-primeiras-impressoes/>.

CENTRAIS SINDICAIS. Medidas de proteção à vida, à saúde, ao emprego e à renda dos trabalhadores e trabalhadoras. Documento assinado por CUT, FS, UGT, CTB, NCST, CSB, Intersindical Central, Intersindical Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora e CSP-Conlutas. São Paulo, março de 2020.

COE, N. M. The internationalisation/globalisation of retailing: Towards an economic - Geographical research agenda. *Environment and Planning A*, v. 36, n. 9, p. 1571–1594, 2004.

DEUTSCHE WELLE. Italian workers protest against open factories as COVID-19 spreads. 26/03/2020. Disponível em: <https://www.dw.com/en/italian-workers-protest-against-open-factories-as-covid-19-spreads/a-52921359>.

DIEESE. *A Reforma Trabalhista e os impactos para as relações de trabalho no Brasil*. Nota Técnica n. 178, maio 2017.

DIEESE. *Acordos negociados pelas entidades sindicais para enfrentar a pandemia do coronavírus - Covid 19*. Estudos e pesquisas, n.91, 2020a.

DIEESE. *A COVID-19 e os trabalhadores do comércio*. Estudos e pesquisas, n. 94, 7 de julho de 2020b.

DIEESE. *Medidas adotadas por vários países para conter os efeitos econômicos da pandemia do coronavírus*. Nota Técnica N. 224, 23 de março de 2020c.

DIEESE. *De olho nas negociações* nº 1, agosto de 2020d.

DIEESE/SIEMACO-SP. *Perfil dos trabalhadores em Asseio e Conservação e Limpeza Urbana de São Paulo*. São Paulo, 2011.

FINANCIAL TIMES, Pandemic crisis prompts revival in trade union membership. London May, 28, 2020. Disponível em: <https://www.ft.com/content/4613a279-e2ac-40f0-a515-0350003b9e31>.

FRANCEINFO. Coronavirus: des hôpitaux en grève illimitée. 20/08/2020. Disponível em: https://www.francetvinfo.fr/sante/maladie/coronavirus/coronavirus-des-hopitaux-en-greve-illimitee_4079903.html.

GALVÃO, Andreia *et al.* *Dossiê Reforma Trabalhista*. Campinas, Cesit/ie/Unicamp, 2017.

GALVÃO, Andreia. A greve, o breque e o trampo. A luta dos entregadores é a luta dos trabalhadores. *Esquerda Diário*, 3/07/2020 Disponível em: <http://www.esquerdadiario.com.br/A-greve-o-breque-o-trampo-a-luta-do-entregadores-e-a-luta-dos-trabalhadores>.

GALVÃO, Andreia. O movimento dos entregadores. *A terra é redonda*. 14/07/2020. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/tag/andreia-galvao/>.

GT MUNDOS DO TRABALHO. *Emprego, trabalho e renda para garantir o direito à vida*. Cesit – IE/Unicamp, 2020: <https://www.cesit.net.br/emprego-trabalho-e-renda-para-garantir-o-direito-a-vida/>.

ISP – Internacional dos Serviços Públicos. Relatório Final - Trabalhadoras e trabalhadores protegidos salvam vidas. 2020. Disponível em: http://trabalhadoresprotegidos.com.br/wp-content/uploads/2020/08/Apresentacao_Campanha_final.pdf.

LEMOS, Patrícia R. “*Custo baixo todo dia*”: *Redes Globais de Produção e regime de trabalho no Walmart Brasil*. [s.l.] Universidade Estadual de Campinas, 2019.

MANZANO, Marcelo; KREIN, André. *A pandemia e o trabalho de motoristas e entregadores por aplicativos no Brasil*. Cesit – IE/Unicamp, 2020. Disponível em: https://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2020/07/MANZANO-M-KREIN-A.-2020_A-pandemia-e-os-motoristas-e-entregadores-por-aplicativo.pdf.

ODESSKY, Jeffrey. What do unions do in a pandemic. 2020. *Onlabor – workers, unions, politics*. Apr 6, 2020. Disponível em: <https://www.onlabor.org/what-do-unions-do-in-a-pandemic/>.

NOGUEIRA, Arnaldo José França Mazzei. *A liberdade desfigurada: a trajetória do sindicalismo no setor público brasileiro*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MEDINA, Daniel. As Amazon, Walmart, and others profit amid coronavirus crisis, their essential workers plan unprecedented strike. *The Intercept*. April 28, 2020. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/04/28/coronavirus-may-1-strike-sickout-amazon-target-whole-foods/>.

O'CONNOR, Patrick. Australian warehouse workers strike over COVID-19 safety demands. *World Socialist Web Site*, 31/03/2020. Disponível em: <https://www.wsws.org/en/articles/2020/03/31/cole-m31.html>.

POCHMANN, Marcio; MORAES, Reginaldo. *Capitalismo, classe trabalhadora e luta política no século XXI: experiências do Brasil, Estados Unidos, Inglaterra e França*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2017.

SAAD FILHO, Alfredo. Coronavírus, crise o fim do neoliberalismo. *A terra é redonda*. 26/06/2020. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/coronavirus-crise-e-o-fim-do-neoliberalismo/>. Acesso em 21/09/2020.

SAES, D. Classe média e política no Brasil (1930-1964). In: *História Geral da Civilização Brasileira*, vol. 10. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

SAVAGE, Larry & BLACK, Simon. Coronavirus crisis poses risks and opportunities for unions. *The conversation*. April 5, 2020. Disponível em: <https://theconversation.com/coronavirus-crisis-poses-risks-and-opportunities-for-unions-134345>.

TARROW, Sidney. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*, Petrópolis: Vozes, 2009.

TILLY, C. Global restructuring in retail: What impact on labor? *For submission to International Labor Brief*, Korea Labor Institute, 2007.

TRÓPIA, Patrícia. Sindicalismo comerciário: retaguarda e conservadorismo político. *Cadernos AEL*, v. 7, n. 12/13, p. 77-110, 2000.

VERAS DE OLIVEIRA, Roberto; GALVÃO, Andréia; CAMPOS, Anderson (2019). *Reforma Trabalhista: impactos imediatos sobre os sindicatos e primeiras reações*. Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades. Salvador, n.248, set/dez, p. 668-689.

WRIGLEY, N.; COE, N. M.; CURRAH, A. Globalizing retail: conceptualizing the distribution-based transnational corporation (TNC). *Progress in Human Geography*, v. 29, n. 4, p. 437-457, 2005.